

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Audiência Pública com a presença de representante do Poder Executivo Estadual onde se dará a demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Governo relativa ao 1º Quadrimestre de 2019.

Realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, no Mini Plenário Beth Azize, localizado no 4º andar, em sua sede própria, na Av. Mário Ypiranga Monteiro, nº 3950 – Parque Dez, Manaus/AM, no dia 13 de junho de 2019, às 10h e 30m, presidida pelo Deputado Ricardo Nicolau, presidente da Comissão Assuntos Econômicos. **PRESENTES** os Deputados: Saullo Vianna, Serafim Corrêa e Dermilson Chagas. Ato seguinte o Deputado Ricardo Nicolau agradeceu a presença de todos na audiência, e repassou a justificativa da ausência do secretário da SEFAZ, que segundo Analista do Tesouro Estadual, Luiz Otávio, cumpre agenda em Brasília. Posteriormente, informou que a audiência pública é uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo dar publicidade a população e aos deputados quanto às metas do Estado, bem como a real situação do Estado e seus planos para o futuro. Ato seguinte, o presidente da comissão convidou o analista Luiz Otávio da Silva a dar início a apresentação, este iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes, e explanou que o motivo da apresentação era demonstrar, mediante várias informações contidas no relatório quanto a situação fiscal do Estado referente ao primeiro quadrimestre de 2019, situação essa espelhadas nos documentos fiscais e documentos contábeis trazidos no sistema de administração financeira do governo estadual. O analista salientou que a visão que seria exposta na reunião, não seria uma visão otimista, nem pessimista, mas uma visão extremamente técnica e realista, para que o Poder Legislativo analise as informações e mediante sua análise, junto ao Poder Executivo busque soluções exequíveis para que o Governo retome o equilíbrio fiscal. Enfatizou que no último bimestre de 2018, a situação da relacionada a receita e despesa do Amazonas, verifica-se um aumento de 14% da receita e 12% da despesa, trazendo o primeiro bimestre de 2019, tem-se um comportamento, já demonstrando aspecto bastante negativo, a receita crescendo 4% e a despesa crescendo 11%, demonstrando um desequilíbrio fiscal fático do Poder Executivo. Disse que em termos de comprometimento de receita realizada no primeiro quadrimestre de 2019, tirando as deduções que irão compor o FUNDEB, são da ordem de 5,820 bilhões. Nesse total de receita realizada, 20% já foram direcionadas a encargos especiais, 19% para educação, 18% para a saúde e 13% para a segurança. Acrescentou que desse valor total de receita realizada, só no 1º quadrimestre de 2019, já foram utilizados 70% nas quatro áreas supracitadas. Em termos de evolução de receitas e despesas do Poder Executivo, o analista fez um quadro de comparação do 1º quadrimestre de 2019 em relação ao 1º quadrimestre de 2018, a receita total cresceu 0,10%, e a despesa total cresceu 8%. Quanto a receita corrente líquida aumentou 2%, e a despesa líquida com pessoal aumentou 23%, acrescentou que este ponto tem sido o grande "gargalo negativo" do Poder Executivo no momento, a despesa com pessoal. Disse que o repasse aos poderes, relacionado a 2018, cresceu 14%. Ato seguinte explanou que da análise dos indicadores fiscais, o Executivo já ultrapassou o limite de gasto com pessoal, a LRF estipula um limite de 49%, e o Estado já utilizou 50,98% no 1º quadrimestre. Acrescentou que no art. 23 da LRF que o Ente que ultrapassar o limite máximo, o mesmo tem que nos dois quadrimestres seguintes resolver o excesso, sendo pelo menos 1/3 desse excesso deve ser resolvido até final de agosto. Em relação ao mínimo constitucional para uso na educação de 25%, o Estado executou no 1º quadrimestre 20,97%. Quanto o mínimo constitucional previsto para gasto na saúde de 12%, o Estado executou no 1º quadrimestre 23,66 do valor previsto para o ano. Em relação ao endividamento, o Estado tem o limite máximo de 200%, que nesse ponto o Estado está confortável, pois não ultrapassou a 51,78%. Posteriormente, passou a explanar sobre as despesas com pessoal, traçou um histórico dos anos anteriores com gasto de pessoal, com relação a receita corrente líquida dos 1º quadrimestre de 2016 a 2019. Em 2016 foram executados no 1º quadrimestre (48,89%, equivalente a 5,19 Bi); 2017 (46,70%, equivalente a 5,46 Bi); 2018 (47,10%, equivalente a 6,79 Bi) e; 2019 (50,98%, equivalente a 6,79 Bi). Ratificou sua preocupação com o excesso utilizado pelo Estado e que o mesmo encontra-se

com sinal vermelho. Disse, ainda, sobre o excesso, que o Governo já recebeu um alerta do TCE/AM, e também recebeu alerta da Secretaria de Tesouro Nacional para que medidas fossem tomadas para que as contas públicas não se deteriorassem, e os danos se tornassem irreparáveis. Ainda em sua apresentação, passou a discorrer sobre os indicadores econômicos, explicou que existem os fatores endógenos, que são controlados pela gestão, e exógenos, que não são controlados pela gestão. Ato seguinte demonstrou dados do IBGE, no qual o PIB apresenta queda de - 0,2% e Produção Industrial teve queda de 10,8%. Ratificou novamente que a despesa com pessoal é o ponto crítico, gravíssimos do Poder Executivo, q a insuficiência orçamentária do Estado, parâmetros do 1º quadrimestre de 2019, em relação às despesas projetada de pessoal até final do ano, é na ordem de R\$ 1 Bilhão e 400 milhões, que o Estado se afunda cada vez mais na sua insuficiência orçamentária. Posteriormente, trouxe outro comparativo de 2018 a 2019 sobre obrigações e vinculações, disse que Estado tem um orçamento em 2019 de R\$ 17.297.084 milhões, no entanto, o Governador não dispõe de discricionariedade para manusear esse valor na sua totalidade, o poder de gestão do Executivo é apenas 1,72 milhão, assim, o poder discricionário do Executivo é de 6,2%, e a despesa vinculada é 93,8%. Ressaltou o setor primário, no qual o repasse para a valorização e direitos dos povos indígenas que houve uma mudança constitucional que passou de R\$ 2 milhões para R\$ 65 milhões, submeteu, pois, os dados ao Poder Legislativo. Por conseguinte, fez uma análise sintética, no qual em relação aos repasses dos Poderes, houve um crescimento de R\$ 68 Milhões; a Insuficiência Orçamentária na Despesa com Pessoal R\$ 1,40 Bilhões, reforçou que a saúde e educação não compõe esse valor; a Despesa Líquida de Pessoal teve crescimento de R\$ 405 Milhões; o Crescimento da Receita Corrente Líquida R\$ 107 Milhões; Pagamentos de Dívidas Contraídas em exercícios anteriores R\$ 658 Milhões, Despesa Líquida de Pessoal – LRF - acumulado em 12 meses R\$ 6,79 Bilhões; o Deficit Orçamentário do Poder Executivo, menos R\$ - 406 Milhões e; Aporte de Recurso do Tesouro para o Plano Financeiro - RPPS R\$ 396 Milhões. Por conseguinte, para concluir sua apresentação fez uma síntese dos maiores desafios fiscais do Estado do Amazonas, no qual a despesa com pessoal vem em primeiro lugar; em segundo o custeio da máquina, que está maior do que o orçamento; em terceiro, aumento das vinculações de despesas e; auto custo das empresas médicas, que chegam a ordem de R\$ 228 milhões. Logo após a apresentação do analista Luiz Otávio, a palavra foi repassada ao presidente da comissão, Dep. Ricardo Nicolau, que agradeceu a apresentação do analista e registrou a presença de todos os técnicos da Secretária: Maria da Conceição (Chefe do Departamento de Contabilidade Pública), Christiane Travares de Melo (Secretária Executiva de Orçamento), William Barros Cunha (Auditor Fiscal), Dhélio Silva da Costa (Chefe de Análise Setorial), Denis Moura (Chefe do Centro de Estudo de Finanças Públicas). Em seguida o Presidente da comissão de Assuntos Econômicos da Aleam, Ricardo Nicolau, fez alguns questionamentos. Disse que os dados trazidos pelo Estado são dados preocupantes, no entanto diante do quadro exposto é preciso ter um planejamento, um plano de ação imediato para a redução dos gastos, para o Estado caiba no seu orçamento, e passou os seguintes questionamentos: Qual a estratégia que o Estado adotará? Qual o plano de ação será implantado?. Qual a estratégia para diminuir os terceirizados?. Quanto as contratações das OSs, essa contratação é de gestão, mas está vinculados a serviços executados?. O que o Estado tem feito para diminuir o custeio e aumentar a receita? Existe algum plano, uma ação imediata?. Ato seguinte, o Deputado Ricardo Nicolau esclareceu que não é momento para aumentar impostos e sim aumentar a receita com base em uma fiscalização mais eficiente e expõe que diminuir os custos e aumentar a arrecadação é uma saída para diminuir o déficit, discorreu também acerca do desafio sobre o alto custo das empresas médicas que gira em torno de 228 milhões se levamos em consideração o valor do custo do médico ele talvez seja o maior na estrutura hospitalar, contudo na área da saúde é possível reduzir valores maiores do que os gastos com médicos, em outros contratos que não iriam interferir diretamente na prestação de serviço na saúde pública o Estado passa por momento extremamente grave diante da situação financeira e fiscal, bem como a situação na prestação de serviço que também é gravíssima existe um contra senso pois se não há dinheiro para investir, como melhorar a infraestrutura e o serviço e questiona o que tem sido feito para que o Estado caiba dentro do orçamento diminuindo suas despesas e melhorando os gastos os públicos, tendo em vista os inúmeros problemas principalmente na área da saúde e pontuou que, se todos os custeios ou investimentos o Estado recorrer a operação de créditos teremos problemas no futuro. Disse, ainda, que o Estado

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: (92) 3183-4630



www.ricardonicolau.com.br



@deputadoricardonicolau



@ricardonicolau



deputado.ricardonicolau@aleam.gov.br

